



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma		
LEI ORDINÁRIA Nº 3605/1998		
Ementa		
ISENTA AS SOCIEDADES CIVIS, SEM FINS LUCRATIVOS, E AS SOCIEDADES RELIGIOSAS DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DO ISSQN- IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DECORRENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL POR TERCEIROS, EM FAVOR DAS MESMAS, E DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REMISSÃO TRIBUTÁRIA.		
Data da Norma	Data de Publicação	Veículo de Publicação
01/12/1998		
Status de Vigência		
Revogada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma	Norma Relacionada	Efeito da Norma Relacionada
14/12/2017	Lei Complementar nº 40/2017	Revogada pela



LEI Nº.3.605 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1.998

“Isenta as sociedades civis, sem fins lucrativos, e as sociedades religiosas da responsabilidade pelo pagamento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, decorrente da prestação de serviço de construção civil por terceiros, em favor das mesmas, e dispõe sobre a concessão de remissão tributária.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - As sociedades civis, sem fins lucrativos de caráter beneficente ou esportivo, as sociedades de Amigos de Bairros, e as sociedades religiosas que sejam concessionárias de direito real de uso de imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, ficam isentas da responsabilidade pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN decorrente de serviços de construção civil, prestados por terceiros, em benefício das mesmas, por falta da retenção do ISSQN nos pagamentos desses serviços.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder remissão total de crédito tributário relativo ao ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido por sociedades civis sem fins lucrativos de caráter beneficente ou esportivo, as sociedades de Amigos de Bairros, e as sociedades religiosas que sejam concessionárias de direito real de uso de imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, em razão de serviços de construção civil que lhes foram prestados por terceiros, nos últimos cinco anos, em consequência da reponsabilidade que lhes atribui o § 2º do artigo 82 do Código Tributário do Município, instituído pela Lei 1.284 de 20 de dezembro de 1.975, por falta de da retenção do ISSQN nos pagamentos desses serviços de construção civil.

Art. 3º - Ficam excluídos do que aludem os artigos 1º e 2º desta lei, as entidades associativas particulares, com finalidade de lazer e esportivas.



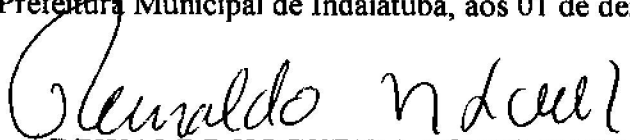
Prefeitura Municipal de Indaiatuba

LEI 3605/1998
Fls. 3/3

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 01 de dezembro de 1.998.


REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL